



OIKOS
Associação de Defesa
do Ambiente e do Património
da Região de Leiria

PARECER DA OIKOS - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO AMBIENTE E DO PATRIMÓNIO DA REGIÃO DE LEIRIA, AO DOCUMENTO PRELIMINAR PARA DISCUSSÃO PÚBLICA DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE

A discussão deste documento é, só por si, um factor merecedor de destaque face à situação vivida até ao presente momento, relativamente ao passado e presente da Conservação da Natureza e da Biodiversidade em Portugal.

Apesar da importância de que se reveste este documento, e das ideias de fundo que ao mesmo estão subjacentes, não poderá deixar de ser criticável o pouco tempo estabelecido para a sua análise e discussão, a qual obrigou a um esforço suplementar das entidades interessadas em contribuir para a discussão, concorrendo para a possibilidade de ocorrerem importantes omissões em temas de importância capital em toda a estratégia apresentada.

No seu todo, o documento afigura-se-nos demasiado vago, assente em tópicos algo estanques, não referindo claramente objectivos e calendarização, aspectos essenciais para a implementação de uma verdadeira estratégia. De igual modo não apresenta propostas claras de intervenção em sectores cuja situação se revela mais preocupante.

Da análise que foi possível efectuar no curto espaço de tempo disponível merecem destaque, no entender da Oikos, os seguintes aspectos:

Solo:

Não são claramente definidas a situação de referência e estratégias de conservação relativamente ao solo enquanto suporte da biodiversidade, sem o qual qualquer estratégia desta natureza ficará incompleto.

Espécies exóticas:

A situação de referência parece-nos demasiado branda para com a disseminação das espécies exóticas no país, com relevo especial para as de domínio arbóreo. Neste caso, a análise é demasiado assente em parâmetros economicistas, em prejuízo dos valores de Conservação da Natureza e da Biodiversidade que julgamos deverem ser os prevaletentes e determinantes na implementação duma estratégia neste âmbito.

Património geológico:

É entendimento que este património não foi analisado enquanto tal mas, fundamentalmente, como suporte de biodiversidade ou aquífero. A sua relação com as áreas protegidas é, entre outras, merecedora de destaque no Maciço Calcário Estremenho - onde se situa o PNSAC - em que o cumprimento da legislação relativa à exploração mineira não parece ser cumprido na sua relação com a Conservação da Natureza e da Biodiversidade (atributos de uma área protegida), facto que, aliás, não lhe é exclusivo (recordem-se a impunidade da extracção ilegal de areias, a insípida recuperação paisagística, entre outras situações.).

Áreas Classificadas:

Apesar da divulgação que se tem feito, o desconhecimento sobre estas áreas e seu conteúdo funcional tem-se mostrado ineficaz. Tal facto obriga a uma aposta séria no repensar das estratégias de divulgação e envolvimento das populações locais na implantação desta estratégia.

De igual modo, a velocidade de subscrição de convenções internacionais não tem encontrado eco junto da população por clara falta de divulgação, não sendo claro no documento que tal venha a suceder.

Educação ambiental

Julgamos não ser compatível com o actual incremento das acções de sensibilização e educação ambiental, bem como com o entendimento que esta educação ambiental deve ser uma tarefa de todos, que o documento atribua quase exclusivamente à Escola o papel fundamental na sua implementação. Se é facto que o domínio curricular pode ser adaptado e explorado na perspectiva da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, julgamos que a educação ambiental deve ser integrada segundo uma abordagem transversal, envolvendo todos os professores e demais agentes educativos, e não a considerando como apenas mais uma disciplina curricular. Por este facto, consideramos que a perspectiva apresentada constitui uma regressão nesta área.

De igual forma nos parece esquecido o relevante papel desempenhado desde sempre pelas ONGA's, nomeadamente na sua articulação com a Escola e demais agentes sociais. É nosso entendimento que, no documento final, o papel das ONGA's não seja diluído num grupo de agentes sociais indiscriminados, mas que conste explicitamente tal como o é o seu desempenho nesta área, o qual deve ser reforçado (devendo ser criados mecanismos para tal).

Recursos:

No que respeita aos instrumentos disponíveis, nomeadamente recursos humanos, técnicos e instrumentos financeiros e fiscais, não são apontadas, de forma clara, a sua quantificação e afectação - e em que moldes - à efectiva implementação da estratégia.

É nosso entendimento que a clarificação desta política de recursos é um dos aspectos fundamentais para a implementação de uma Estratégia de Conservação da Natureza e da Biodiversidade

É entendimento da Oikos que os meios de Comunicação Social públicos devem ser chamados a desempenhar a sua real função de informar os cidadãos e contribuir para a implementação desta estratégia de uma forma sistemática e estruturada.

Leiria, 6 de Maio de 1999

O Presidente da Direcção

Nuno Carvalho